



ANAIIS DO CONMASS

**CONGRESSO MÉDICO
ACADÊMICO DE SAÚDE
E SEXUALIDADE
LGBTQIA+
UNINOVE-SBC**

Universidade Nove de Julho - Uninove
Campus São Bernardo do Campo / SP
07 a 11 de setembro de 2022



2023

ANAIS DO CONMASS

CONGRESSO MÉDICO ACADÊMICO DE
SAÚDE E SEXUALIDADE DA POPULAÇÃO
LGBTQIA+



Universidade Nove de Julho - Uninove
Campus São Bernardo do Campo / SP
07 a 11 de setembro de 2022





Expediente

Comissão Organizadora

Organizadora geral

Angélica Camila Almeida

Orientadores

Felipe Daiko Fraga

Mariana Ramos de Santana

Diretoria Geral

Angélica Camila Almeida

Julia Gabriela Barbosa Bento

Diretoria Científica

Melissa Suhett Franco

Sabrina Jutkoski

Sofia Libos Lino

Beatriz Dupim Firmino

Diretoria de Patrocínio

Beatriz Garcia Angelim

Isabela De Almeida Fraga

Diretoria de Marketing:

Gabrielle Stephani Santos Almeida

Isabelle Matos Almeida

Sabrina de Azevedo

Thaís Pereira Santana

Sarah Helena Lindoso Azoubel

Diretoria de Palestrantes

Geovani Dantas Batista

Pedro Henrique Martins Valerim

Diretoria Financeira

Leticia Lourenço Dos Santos

Diretoria Cultural

Nathany Martello Eich

Colaboradores

Daiane Rosa Dantas Santos

Lucas Lisboa

Isabela Rutkowski

Marco Lazaro de Sousa Batista

Maria Laura de Paula

Apoio

Universidade Nove de Julho – Uninove

Diagramação / Editoração: Cristiane dos Santos Monteiro – CRB/8-7474

Revisão: Comissão Organizadora

Catalogação na publicação / Cristiane dos Santos Monteiro - CRB-8/7474

C759 Congresso Médico Acadêmico de Saúde e Sexualidade da População LGBTQIA+ (1 : 2022 : São Paulo, SP).

Anais [recurso eletrônico] do 1º Congresso Médico Acadêmico de Saúde e Sexualidade da População LGBTQIA+ (CONMASS), realizado em São Paulo, no ano de 2022 ; organização geral Angélica Camila Almeida et al. – São Paulo : UNINOVE, Universidade Nove de Julho, 2023.

29 p.

Disponível em: <https://www.uninove.br/biblioteca>

Periodicidade: Anual

Idioma: Português

1. LGBTQIA+. 2. Congressos e convenções - São Paulo. I. Título.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
A ATUAÇÃO DA ODONTOLOGIA DENTRO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA ATENÇÃO ÀS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS	5
A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT	7
A SÉRIE <i>HEARTSTOPPER</i> COMO REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+ NO ENTRETENIMENTO AUDIOVISUAL	9
ALTA INCIDÊNCIA DE INFECÇÃO POR HIV NA CIDADE DE PORTO ALEGRE E AS BARREIRAS NA DIVULGAÇÃO DA PROFILAXIA PRÉ EXPOSIÇÃO (PREP) NO MUNICÍPIO, UMA REVISÃO LITERÁRIA	11
ANAMNESE TRANSFACE	13
CHÁ REVELAÇÃO DE SEXO DO BEBÊ: EXPRESSÃO DA LÓGICA BINÁRIA E CIS- HETERONORMATIVA DE GÊNERO	15
DESAFIOS DO ATENDIMENTO EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NA REDE PÚBLICA: A IMPLEMENTAÇÃO DO AMBULATÓRIO DE SAÚDE INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO	17
OBSTÁCULOS PSICOSSOCIAIS NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA DE CASAIS HOMOAFETIVOS FEMININOS	20
PANDEMIA DA COVID-19 E IMPACTO NA POPULAÇÃO LGBTQI+: PRINCIPAIS PARADIGMAS E FATORES ASSOCIADOS	22
PANORAMA ANALÍTICO SOBRE AS CIRURGIAS DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS/BRASIL)	24
PROMOÇÃO DE SAÚDE NAS REDES SOCIAIS DO PROJETO TRANSODONTO: SAÚDE BUCAL TAMBÉM É DIRETO PARA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS	26
SAÚDE MENTAL E A COMUNIDADE LGBTQIA+	28



APRESENTAÇÃO

O I Congresso Médico Acadêmico de Saúde e Sexualidade LGBTQIA+ (CONMASS) foi realizado de 7 a 11 de setembro de 2022, em São Bernardo do Campo (SP), na modalidade online com inscrições gratuitas, reunindo como Comissão Organizadora, estudantes de Medicina da Universidade Nove de Julho - São Bernardo do Campo (SP), e colaboradores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

As temáticas abordadas no evento foram separadas em três blocos: Área Social, Área Médica Clínica e Área Médica Cirúrgica, os quais foram abordados de forma mista entre os dias de palestras. A realização deste evento, pelos alunos e profissionais da Área da Saúde, com enfoque na atenção à saúde da população LGBTQIA+, é de extrema relevância devido a abordagem não efetiva da temática nos cursos da área, incluindo os cuidados especiais e humanizados com essa comunidade, que permanece seriamente marginalizada e vulnerabilizada na sociedade, vítimas do preconceito, inclusive por profissionais da saúde, devido a estigmas e desinformação.

Nesse sentido, o objetivo central foi conscientizar os futuros profissionais sobre as especificidades da população LGBTQIA+, aspirando romper o ciclo de preconceito, além de criar uma abordagem humanizada. Ademais, buscou-se abrir espaço para as vivências da população LGBTQIA+ e dos profissionais, estimular a pesquisa e produção científica na área, bem como direcionar doações para a Casa Neon Cunha, Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, que auxilia a população LGBTQIA+ de São Bernardo do Campo. Como consequência da mobilização criada nas redes sociais do evento e contribuição dos congressistas, foi possível angariar fundos, sendo estes revertidos na compra de produtos de higiene e limpeza que a organização necessitava no período.

A partir do I CONMASS conseguimos, além de disseminar informações essenciais sobre a população LGBTQIA+ de forma online e gratuita, contribuir socialmente com uma organização que tem como objetivo em comum: lutar pela cidadania e dignidade dessas pessoas.

Organizadores



A ATUAÇÃO DA ODONTOLOGIA DENTRO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA ATENÇÃO ÀS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Paulo Augusto Alves Passos; Letícia Ramos Pereira; Igor Carnevalli Leal; Michelle Cristina; Victor Santos Batista; Beatriz de Melo Silva Costa; Itallo Iury Moreira Macedo Silva; Sofia Santiago Anastácio; Gabriel Bicalho Miraglia; Paulo Afonso Luciano Conceição; Sadalla Lorys Souza da Cruz; Hanna Larissa Barbosa Soares; Maria Barros Lima Martins; Hebertt Gonzaga dos Santos Chaves; Thiago Caldeira Diniz; Marcelo Naves; Luciana Gravito Branco; Andreia Maria Drummond¹

Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Odontologia da UFMG

Introdução: Integralidade é um dos princípios do SUS e busca garantir ao indivíduo uma assistência à saúde que transcenda a prática curativa, contemplando o indivíduo em todos os níveis de atenção. Nesse sentido, esse cuidado se faz ainda mais necessário quando tange às pessoas trans e travestis, visto que essas se encontram vulneráveis em detrimento do preconceito que permeia a sociedade. Por isso, entender essa atuação e humanizar o tratamento contribui para a atenção integral e multidisciplinar às pessoas trans e travestis.

Objetivo: O objetivo deste trabalho é relacionar o acesso e atenção integral à saúde das pessoas trans e travestis com a importância da atuação do profissional da Odontologia dentro de equipes multidisciplinares, como atenção na melhoria da qualidade de vida e humanização dos tratamentos e procedimentos realizados pelo cirurgião-dentista.

Metodologia: Os artigos foram pesquisados nas principais bases de dados, utilizando os seguintes descritores “Dentistry and Transgenders” e “Dentistry and interprofessional”, não houve restrição de data/ano e nem de idioma.

Resultados: Diante das buscas por artigos em bases de dados, percebeu-se que não existe uma literatura vasta sobre a temática e isso reflete a necessidade de estudar e preparar profissionais, pois entender e acolher são caminhos para a busca pela diminuição da invisibilidade social vivenciada por pessoas trans e travestis.

Conclusão: Conclui-se com esse estudo que a equipe multidisciplinar é uma necessidade dentro da área da saúde, pois dessa forma os profissionais conseguem atuar de forma cooperativa e com maior integralização entre as demandas do paciente assistido. Ademais, a Odontologia precisa ser integrada na equipe multidisciplinar para compreensão e tratamento da saúde dos pacientes, de forma sistêmica e integral, uma vez que algumas complicações odontológicas tem relação com problemas sistêmicos como descompensação glicêmica, hormonal e pressão arterial alterada. Sendo assim, torna-se evidente que a integralização entre os serviços de saúde compreenda não só uma necessidade da equipe de saúde, mas também o direito do paciente ao atendimento qualificado.

Palavras-chave: equipe interdisciplinar de saúde; odontologia; travestis.

Referências

FIRMINO, Anthero Wesley Rodrigues da Silva et al. Atendimento odontológico humanizado à comunidade transexual: revisão de literatura. **RSD Journal**, [S. l.], p. 1-7, 22 out. 2021.

¹ Todos os autores têm afiliação com a Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Odontologia da UFMG



A ATUAÇÃO DA ODONTOLOGIA DENTRO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA ATENÇÃO ÀS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

[sumário](#)

HEIMA, Masahiro. Dental fear among transgender individuals - a cross sectional survey. **Special care dentistry association and wiley periodicals**, [S. l.], p. 1-11, 2017.

MACRI, Diana *et al.* My preferred pronoun is she: Understanding transgender identity and oral health care needs. **Canadian Dental Hygienists Association**, [S. l.], p. 1-8, fev. 2019.



A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT

¹Isabela Cristina Lana Maciel ²Ana Paula Maia Facury ³Camila de Souza Pedrosa Castelo Branco

¹Enfermeira, MBA em Auditoria e Consultoria

²Enfermeira, Esp. Atenção Básica em Saúde da Família

³Enfermeira, Prof^a. Esp. Terapia Intensiva, Proz Educação Profissional

Introdução: A população LGBT - lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros - é vulnerável quanto ao acesso de seus direitos, o que inclui os serviços públicos de saúde. Através das lutas LGBT ocorridas ao longo dos anos, foram possíveis conquistas específicas dessa população. Essas lutas fruíram com que órgãos e sociedade entendessem a saúde de modo integral, e com isto, uma nova política de saúde foi criada. Em 2011 foi implantada a Política Nacional de saúde Integral LGBT, que veio pelo reconhecimento de que a discriminação e a exclusão acabam por atingir essa população, afetando seu processo de saúde-doença.

Objetivo: O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão de literatura sobre o processo político e histórico das lutas LGBT até a conquista da Política Nacional de Saúde Integral LGBT enfatizando a necessidade da construção de mais equidade no SUS e expor os desafios vividos por essa população.

Método: Trata-se de uma revisão de literatura, que buscou agregar e sintetizar o conhecimento existente sobre a temática proposta construindo um histórico. Para o delineamento da pesquisa foi utilizado a busca dos artigos na base de dados LILACS e BDENF no período compreendido entre os anos de 2007 a 2022 e literaturas.

Resultados: Para tanto, as lutas e a inserção da política LGBT pretende realizar mudanças na determinação social da saúde, diminuindo principalmente as desigualdades e discriminação que a circundam.

Conclusão: Evidenciou-se que os desafios enfrentados pela população LGBT são complexos, vão além da vulnerabilidade e discriminação, há maior propensão a problemas psicológicos, uso de drogas, uso de silicone industrial, hormônios e outros medicamentos, e que a política se tornou primordial para tratar esses desafios.

Palavras-chave: políticas públicas; LGBT; SUS.

Referências

BENEVIDES, B. G. (org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BRASIL. Decreto no 8.727, de 28 de abril de 2016. **Vigência Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento reconhecimento da identidade identidade de gênero de pessoas pessoas travestis travestis e transexuais transexuais no âmbito da administração administração pública pública federal federal direta, direta, autárquica e fundacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de abr. 2016.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia N. Subsistemas, comunidades e redes para a análise da participação no processo de políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 4, n. 2, 2014, p. 66-80.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa**. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

BRASIL. Portaria no 2.836, de 1o de dezembro de 2011. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)**. Ministério da Saúde, Brasília, 1o, dez., 2011.

CARRARA, S. Discrimination, policies, and sexual rights in Brazil. **Cad Saúde Pública**, 2012; 28:184-9.

FACCHINI, Regina. **Entre compassos e descompassos**: um olhar para o "campo" e para "arena" do movimento LGBT brasileiro. Bagoas - Estudos Gays: Gênero e Sexualidades 2009; 3:131-58.

FACCHINI, Regina. Histórico de luta LGBT no Brasil. In: CONSELHO Regional de Psicologia da 6a Região (org.). **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011.

GGB. **População LGBT morta no Brasil 2018**. Salvador: GGB, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ECnC5o>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MENEZES, Marcus Vinícius Alves. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: uma revisão bibliográfica. **Anais... DESFAZENDO GÊNERO**, 4. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64017>. Acesso em: 19 jun. 2022.

NOGUEIRA, P. **OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais**. Gov.br., Brasília, DF, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3CFMc4U>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO TODXS. **Cartilha de Saúde LGBTI+**: Políticas, instituições e saúde em tempo de COVID-19. 2021.

POPADIUK, G.; OLIVEIRA, D.; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, May 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.32782016> Acesso em: 19 jun. 2022.

REIS, Toni. O movimento homossexual. In: FIGUEIREDO, Mary Neide Damico (org.). **Homossexualidade e educação sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina, PR: EdUEL, 2007.

SIMÕES, Julio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p.

VIANNA, C. P. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios**. Educação e Pesquisa 2015; 41:791-806.



A SÉRIE *HEARTSTOPPER* COMO REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+ NO ENTRETENIMENTO AUDIOVISUAL

Lucas Nonato Prado; Carolaine Rocha dos Santos; Eduardo Davyd de Oliveira Silva; Luiza Carla dos Santos Maciel; Márcia Regina de Oliveira Pedroso²

Universidade Federal do Oeste da Bahia

Introdução: Os seriados exercem grande influência social pelo fato de abordarem preconceitos sociais antes não expostos, impactar os telespectadores e moldarem a identidade individual. Nesse cenário, *Heartstopper*, produzida pela Netflix, interpela de maneira inovadora o autoconhecimento de adolescentes LGBTQIA+ sobre a própria sexualidade e identidade de gênero.

Objetivos: Sumarizar os exemplos de representação da comunidade LGBTQIA+ na série *Heartstopper*.

Metodologia: O presente trabalho baseia-se em publicações que abordam a série *Heartstopper* enquanto meio de visibilidade LGBTQIA+ na indústria audiovisual. Para a pesquisa, foi utilizado o Google, a partir da combinação dos seguintes descritores: *Heartstopper*; representação LGBTQIA+. Todas as 5 publicações selecionadas para o estudo foram escritas em pt-BR. Dessa forma, foram compilados exemplos de representação da comunidade LGBTQIA+ no supracitado seriado, de modo a permitir um conhecimento breve acerca do enredo que contempla relações não heterossexuais na adolescência.

Resultados: *Heartstopper* surpreende com o protagonismo romântico da trama destinado a dois adolescentes do sexo masculino sob ótica otimista e esperançosa. Nick e Charlie, interpretados por Kit Connor e Joe Locke, respectivamente, recriam o clichê amoroso inúmeras vezes representado por casais heterossexuais na teledramaturgia: o da garota nerd que se apaixona pelo jogador mais popular da escola. Todavia, *Heartstopper* ganha originalidade ao abordar, em primeiro plano, a relação aquileana de forma natural e inédita, com momentos de insegurança, *bullying* e homofobia, mas sem reforçar o estereótipo de finais infelizes característico de produções do gênero. Outro aspecto incomum observado no enredo é a superação de relacionamentos tóxicos em relações LGBTQIA+, ilustrado pelo término de Charlie e Ben – concebido pelo ator Sebastian Croft – após um episódio de assédio sexual. Enquanto a representação homossexual de Charlie e suas dificuldades por estudar em um colégio apenas para meninos domina parte da trama, Nick e a descoberta da bissexualidade se revelam frente ao telespectador em outro ponto, com os famosos testes *online* para entender a própria sexualidade em meio ao roteiro da comédia romântica. Porém, engana-se quem pensa que a evidência da comunidade LGBTQIA+ em *Heartstopper* está restrita aos protagonistas. Elle, uma garota transexual também no colegial, ganha vida pela atriz Yasmin Finney e encabeça a lista de papéis coadjuvantes. Enquanto mulher transexual negra, Finney apresenta ao público a adaptação de Elle em uma escola frequentada somente por garotas e sua paixão secreta por Tao, um dos seus melhores amigos. Ao fundo da narrativa, o romance entre Darcy e Tara, interpretadas pelas atrizes Kizzy Edgel e Corinna Brown, respectivamente, revela os impasses compartilhados por mulheres lésbicas na série por meio dos desafios para a aceitação de um relacionamento homoafetivo feminino em um ambiente escolar exclusivo para garotas.

Conclusão: Infere-se, diante do que foi apresentado, a importância social de *Heartstopper*, visto que aborda de maneira identificatória a sexualidade e a identidade de gênero entre adolescentes que não se reconhecem como heterossexuais e/ou cisgênero. À vista disso, o contexto de questões amorosas, adversidades cotidianas e autoconhecimento na série colabora

² Todos os autores têm afiliação com a Universidade Federal do Oeste da Bahia



para a quebra de rótulos sociais atribuídos à comunidade LGBTQIA+ pela visão social heteronormativa.

Palavras-chave: bissexuais; gays; transexual.

Referências

MARTINS, P. 'Heartstopper', série gay, é clichê e original ao mesmo tempo. **Folha de S. Paulo**, 01 abr. 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/05/heartstopper-serie-da-netflix-e-original-por-retratar-amor-gay.shtml>. Acesso em: 05 ago. 2022.

NUNES, R. Apostando no otimismo, Heartstopper é um marco para a comunidade LGBTQIA+ na TV. **Correio Braziliense**, 04 abr. 2022. Séries. Disponível em:

<https://blogs.correiobraziliense.com.br/proximocapitulo/apostando-no-otimismo-heartstopper-e-um-marco-para-a-comunidade-lgbtqia-na-tv/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PESSANHA, M. 7 maneiras como o 'Heartstopper' da Netflix desmantelou os estereótipos de representação queer. **Entretanto**, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://entretanto.pt/cinema/7-manieras-como-o-heartstopper-da-netflix-desmantelou-os-estereotipos-de-representacao-queer/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SAUNDERS, E. Como série 'Heartstopper' faz sucesso desafiando limites da representatividade LGBTQIA+ na TV. **BBC News Brasil**, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-61265565>. Acesso em: 05 ago. 2022.

VASCONCELOS, C. Por que 'Heartstopper' é muito mais do que uma série adolescente de romance LGBT+. **Ponte**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://ponte.org/artigo-por-que-heartstopper-e-muito-mais-do-que-uma-serie-adolescente-de-romance-lgbt/>. Acesso em: 05 ago. 2022.



ALTA INCIDÊNCIA DE INFECÇÃO POR HIV NA CIDADE DE PORTO ALEGRE E AS BARREIRAS NA DIVULGAÇÃO DA PROFILAXIA PRÉ EXPOSIÇÃO (PREP) NO MUNICÍPIO, UMA REVISÃO LITERÁRIA

Gustavo Marques Bandeira; Lucas Rodrigues de Moraes; Marília Veríssimo Veronese³

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

Introdução: Porto Alegre é a capital com a maior incidência de casos de HIV no Brasil, com cerca de 606 novas infecções no último ano, além de 289 novos casos de Aids, segundo o boletim epidemiológico divulgado em fevereiro de 2022. O HIV é um retrovírus de RNA altamente contagioso, que já vitimou mais de 36 milhões de pessoas em todo o mundo desde o início da epidemia nos anos 80. Durante os 10 primeiros anos de epidemia do HIV, não existia um medicamento específico para essa nova doença, não tratando o infectado, muito menos evitando a infecção. Dessa forma, o diagnóstico de HIV positivo tornou-se uma sentença de morte para quem o recebia. Por ser um vírus novo, muita informação errada foi transmitida ao público, entre elas de que apenas homossexuais, hemofílicos e haitianos seriam infectados, o que ficou conhecido por “3 Hs”. Esse estigma se perpetua até a atualidade, de que LGBT é sinônimo de IST. Direcionando, assim, as campanhas de prevenção e tratamento para ISTs apenas a esse público. Em 2011, surgiu a Profilaxia Pré Exposição (PreP), um medicamento composto por Entricitabina e Tenofovir, dois inibidores da transcriptase reversa, ou seja, finalmente foi desenvolvido uma droga que impede o HIV de se multiplicar no interior das células. A ANVISA autorizou o uso do PreP no Brasil em 2017 e o Ministério da Saúde a incorporou como política pública através da portaria de nº 22 do mesmo ano. Os critérios para adesão a PreP são quase iguais em todo o mundo, entende-se que as pessoas em comportamento de risco seriam homens que fazem sexo com homens, transexuais, casais sorodiscordante e profissionais do sexo. Contudo, o Brasil possui uma particularidade, em que a maior incidência de casos de HIV positivo ocorre entre homens heterossexuais casados e esse público não é abraçado pela campanha de Prep, nem de qualquer outra IST. A PreP é hoje um medicamento de nicho, que possui um público-alvo bem definido e poucas são as pessoas que têm conhecimento da sua existência e distribuição gratuita pelo SUS. Porto Alegre conta hoje com 3 UBSs para PreP e cerca de 1006 usuários ativos.

Objetivo: Este trabalho busca mostrar de que forma a Prep é divulgada em Porto Alegre e como os critérios de adesão reforçam estereótipos preconceituosos e deletérios à população LGBT. Assim como cruzar os dados de incidência de infecções por HIV com a adesão à Prep em Porto Alegre.

Método: Pesquisa exploratória com revisão da literatura atual disponível e análise de boletins epidemiológicos divulgados pelo Estado.

Resultados: Os resultados parciais indicam que a incidência por HIV em Porto Alegre é maior entre homens heterossexuais, brancos e com ensino médio completo. Esse perfil não é o mesmo que encontramos nos usuários de Prep, em que a prevalência é maior entre homens homossexuais, brancos e com ensino superior completo. Fica evidente então que as diretrizes da portaria nº 22 de 2017 não condizem com a realidade de Porto Alegre.

Palavras-chave: profilaxia pré-exposição; HIV; Porto Alegre.

³ Todos os autores têm afiliação com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos



Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico de HIV/AIDS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-hiv-aids-2021>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020b. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2015/protocoloclinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-atencao-integral-pessoas-com-infeccoes>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. Diretoria de Vigilância em Saúde. Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Boletim Epidemiológico 82**. Porto Alegre: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/boletim82.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.



ANAMNESE TRANSFACE

Letícia Ramos Pereira; Paulo Augusto Alves Passos; Igor Carnevalli Leal; Beatriz de Melo Silva Costa; Gabriel Bicalho Miraglia; Victor Santos Batista; Hebertt Gonzaga dos Santos Chaves; Jorge Taylor Moraes Secaf; Aristides Daro Junior; Melissa Kelly Senedin Azevedo Marques Santos; Luciana Gravito de Azevedo Branco; Flávio de Freitas Mattos; Andreia Maria Araújo Drummond; Marcelo Drummond Naves⁴

Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Odontologia da UFMG

Introdução: A realização de um protocolo de anamnese direcionado para pessoas trans e travestis é fundamentada na necessidade de atenção às especificidades no atendimento dessa população, em decorrência de vulnerabilidades vivenciadas que podem interferir durante o fluxo de atendimento, como desigualdade, exclusão social e a recusa de alguns profissionais que não reconhecem a necessidade do uso do nome social. Ademais, o fluxo de atendimento específico objetiva o melhor acolhimento e a escuta atenciosa, visando aperfeiçoar o atendimento e o tratamento, além de diminuir as intercorrências. A formação do cirurgião dentista permite que ele atue na Harmonização Orofacial (HOF), especialidade que é responsável por promover um tratamento funcional e estético individualizado, que impacta positivamente na autoestima e na qualidade de vida do paciente e, que no caso de pessoas trans, pode influenciar diretamente nas questões de passabilidade e disforia. Sendo assim, a elaboração de um protocolo de anamnese que permeia as particularidades das pessoas trans é essencial para que seja construído um plano de tratamento eficiente na HOF.

Objetivo: O objetivo deste estudo é elaborar um fluxo de atendimento e acompanhamento de Harmonização Orofacial, visando as particularidades das pessoas trans que necessitam de tratamentos na face, bem como reduzir as intercorrências transoperatórias e pós-operatórias.

Metodologia: Através de uma prévia revisão de literatura sobre a temática, pode-se verificar as evidências existentes nas bases científicas acerca da anamnese e do atendimento à população transexual e travesti, e no âmbito da atenção à saúde e na prática da HOF. Em seguida, deu-se seguimento à escrita de um documento que pautasse sobre os principais pontos na condução do primeiro contato com a pessoa transexual e/ou travesti, tendo em vista a existência de necessidades específicas a serem consideradas no seu atendimento e anamnese. O texto foi submetido a correções por professores e colaboradores com experiência profissional na temática para que, posteriormente, pudesse ser encaminhado à editora responsável pela publicação de um livro.

Resultados: Obteve-se como resultado, a elaboração do capítulo do Livro Anamnese Transface, com a realização da análise detalhada dos tópicos da ficha clínica, contemplando as particularidades das pessoas trans e travestis, seguido de uma anamnese, que propõe a escuta qualificada, com o objetivo de preparar os profissionais para um atendimento de qualidade e um planejamento integral do paciente. **Conclusão:** Conclui-se que a anamnese é um processo multidisciplinar e organizacional que pretende estabelecer um atendimento de qualidade e eficaz, diminuindo os riscos e desfechos maléficos. Além disso, abrange aspectos gerais e específicos da história do paciente, baseado essencialmente na escuta e nos sinais apresentados por ele. Desse modo, a anamnese para pessoas trans e travestis deve abordar as vulnerabilidades vivenciadas por esse grupo, além de proporcionar atenção e empatia para que assim, seja construído um plano de atendimento eficiente na HOF.

Palavras-chave: anamnese; transgênero; assistência odontológica.

⁴ Todos os autores têm afiliação com a Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Odontologia da UFMG



Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria no 2.803, de 19 de novembro de 2013.**

NAVES *et al.* Detalhes do Pré-operatório da HOF cirúrgica. 2021.

São Paulo (SP). Coordenação da Atenção Primária à Saúde. **Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo.** Secretaria Municipal da Saúde|SMS|PMSP, jul.2020.



CHÁ REVELAÇÃO DE SEXO DO BEBÊ: EXPRESSÃO DA LÓGICA BINÁRIA E CIS-HETERONORMATIVA DE GÊNERO

¹Álvaro Micael Duarte Fonseca ¹José Antonio da Silva Júnior ²Nilson de Jesus Oliveira Leite
Júnior ¹Dafne Ferreira Cavalcante ¹Rafaella Cristina Tavares Belo ¹Ellany Gurgel Cosme do
Nascimento

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN / Mossoró - RN

² Universidade de São Paulo – USP / São Paulo - SP

Introdução: O gênero, que antes era percebido e discutido somente por uma visão naturalista/essencialista, atualmente é compreendido que este diz de um processo de construção social (PISCITELLI, 2009), assim, distancia-se da matriz cisnormativa que defendia a ligação direta entre gênero e órgão genital. Contudo, mesmo diante de mudanças de perspectivas significativas, ainda se observa práticas sociais bem estruturas que reforçam a lógica da cis-heteronormatividade, sendo, uma delas, a realização do evento denominado “chá revelação”, destinado a revelar o sexo da criança que determinada família está aguardando o nascimento.

Objetivo: Frente a isso, o trabalho tem o propósito de discutir sobre a conduta binarista de gênero atrelada ao sexo biológico, esta que é expressa antes mesmo do nascimento da criança, impondo um controle minucioso da performance do sujeito.

Método: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, utilizando-se das bases de dados: SciELO e PubMed via MEDLINE. Considerou-se artigos científicos de livre acesso publicados, em língua portuguesa, nos últimos 10 anos.

Resultados: A atual prática da realização do evento denominado “chá revelação”, com o intuito de revelar o sexo da criança que ainda não nasceu, tornou-se comum entre pais e familiares. Na ocasião, os responsáveis reafirmam a lógica da identidade de gênero concernente com o sexo biológico, sendo notório desde as cores utilizadas para distinguir homem/macho e mulher/fêmea (azul e rosa), somado a artigos e brinquedos ditos socialmente pertencentes a determinado sexo, exprimindo representações e normas do social. Ademais, sabe-se que é no nicho familiar que a criança tem contato com as normas/regras sociais e, sobretudo, com o outro, este que irá apresentá-lo o modo de existir, produzindo significados e referências. E, como é trazido por Bento (2011), o sujeito nasce e lhe é apresentado uma única maneira de construir sentido e performance identitária para a sua sexualidade e gênero, buscando produzir e controlar a heterossexualidade e a cisnormatividade. Em contrapartida, Le Bront (2016) comenta que o sexo biológico não reflete com a identidade de gênero, a qual é individual e múltipla perante experiência de vida do indivíduo.

Conclusão: Diante do exposto, conclui-se que, mesmo perante avanços e transformações sociais, a cisnormatividade ainda é apresentada como o ideal, produzindo e reforçando práticas e atitudes no coletivo, as quais estão presentes desde a gestação, impondo uma lógica dominante e reafirmando-a. Isto posto, percebe-se a necessidade de novos estudos sobre a temática e destaca-se a importância de tal discussão.

Palavras-chave: cisnormatividade; sexualidade; gestação.

Referências

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.



LE BRONT, David. *In*: FERRARI, A.; RIBEIRO, C.M.; CASTRO, R.P.; BARBOSA, V. (eds.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras/MG, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.



DESAFIOS DO ATENDIMENTO EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NA REDE PÚBLICA: A IMPLEMENTAÇÃO DO AMBULATÓRIO DE SAÚDE INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

Lucas Rodrigues de Moraes; Clara Traple Maas; Marília Veríssimo Veronese⁵

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Introdução: O Sistema Único de Saúde (SUS) é sustentado por 3 pilares principais: universalidade, equidade e integralidade. Dessa forma, desde a sua implementação em 1990, sob a Lei Federal Nº 8080/90, a saúde se tornou um direito de todo o cidadão brasileiro e um dever do Estado. Em outras palavras, as demandas de todos os cidadãos que procurarem acolhimento no SUS devem ser atendidas de maneira integral e o manejo dos usuários deve ocorrer com equidade, sem que haja distinção ou julgamentos morais. Contudo, a realidade do Brasil é de iniquidade e por isso, ações específicas são necessárias, tais como a abertura de Ambulatórios de Saúde Integral LGBTQIAP+, um ambiente em que esse cidadão se sinta seguro, acolhido e aceito dentro de sua orientação sexual e de gênero. Relatos de discriminação, preconceito e até negativas de atendimentos dentro das UBS com pessoas LGBTQs não são raras, principalmente no que tange o respeito ao nome social. A associação da sigla LGBTQIAP+ a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é corriqueira e leva a subnotificação de outras doenças, inclusive crônicas como DM e HAS. Os poucos LGBTQs que se aventuram a buscar atendimento em UBSs são frequentemente direcionados ao Serviço de Atendimento Especializado (SAE), mesmo em casos de simples resfriado ou infecção intestinal, reforçando o estigma social de que LGBTQ é sinônimo de IST, ignorando que há outros problemas de saúde que acometem essa pessoa, como qualquer outra, e negando o direito a prevenção e revisão de sistemas. O preconceito sofrido por essa população é tanto, que há relatos de transsexuais que dizem preferir morrer na rua à adentrar uma UBS. Dessa forma, a implementação de um ambulatório de saúde integral no município de São Leopoldo, busca atender a população LGBTQIAP+ local, oferecendo um espaço livre de julgamentos, preconceitos e estereótipos. Atendendo integralmente as demandas de saúde desse cidadão, desde um simples resfriado até o encaminhamento para a redesignação de gênero.

Objetivo: Demonstrar a importância da implementação de um ambulatório de saúde integral em São Leopoldo, os entraves políticos disso e o reflexo desse atendimento na saúde dos LGBTQs.

Método: Pesquisa exploratória com revisão da literatura atual disponível, análise de dados qualitativos e quantitativos e entrevista com atores sociais relacionados a causa.

Resultados: Os resultados parciais indicam que o preconceito sofrido por LGBTQs, no que tange a saúde, leva ao afastamento destes da APS, resultando que essas pessoas busquem ajuda apenas quando o quadro de saúde já está muito grave. O que resulta em maiores complicações para a pessoas e maiores gastos para o Estado. A exemplo o câncer de colo de útero em homens transsexuais e mulheres cis lésbicas.

Conclusão: Conclui-se que é de extrema relevância para o estado oferecer o atendimento de saúde integral com qualidade para os LGBTQs, a fim de reduzir danos a essa população e aumentar seu bem-estar e qualidade de vida, fazer valer o direito do acesso a saúde de maneira universal, integral e equitativa, assim como reduzir gastos com serviços de saúde avançados.

Palavras-chave: minorias sexuais e de gênero; saúde; assistência ambulatorial.

⁵ Todos os autores têm afiliação com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos



Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/projeto-lean-nasemergencias/693-acoes-e-programas/40038-humanizasus>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Processo Transexualizador no SUS**. Brasília 2018. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-trans-exualizador-no-sus> Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde, **Sistema Único de Saúde (SUS)**: estrutura, princípios e como funciona. Brasília, 2019.

CALAZANS, Gabriela; COSTA, I. E. R.; CUNHA JUNIOR, L. V. S.; ANJOS, A.; BENEDITO, L. A. P. Políticas de saúde LGBTQIAP+ no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir. (org.). **Saúde LGBTQIAP+**: práticas de cuidado transdisciplinar. 1ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021, v, p. 92-99.

CALAZANS, Gabriela; KALICHMAN, A; SANTOS, M. R.; PINHEIRO, T. F. Necessidades de saúde: demografia, panorama epidemiológico e barreiras de acesso. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir. (org.). **Saúde LGBTQIAP+**: práticas de cuidado transdisciplinar. 1ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021, v., p. 82-91.

FIGUEREDO, Simone Rocha; MELO, L. P.; JUNIOR, A. L. Acesso e organização dos serviços de saúde. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir. (org.). **Saúde LGBTQIAP+**: práticas de cuidado transdisciplinar. 1ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021, v., p. 147-156.

HERCOWITZ, Andrea; CIASCA, S. V. Cuidados no processo de transição de gênero. In: Saulo Vito Ciasca; Andrea Hercowitz; Ademir Lopes Junior.. (org.). **Saúde LGBTQIAP+**: práticas de cuidado transdisciplinar. 1ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021, v, p. 435-442.

LUCENA, M. M.; FERREIRA, G. G.; FLOSS M, Melo DAC. Serviços de atendimento integral à saúde de transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, v. 17, n. 44, p. 2964. 2022. [https://doi.org/10.5712/rbmfc17\(44\)2964](https://doi.org/10.5712/rbmfc17(44)2964)

PADILHA, Wandson Alves Ribeiro; CRENITTE, M. R. F.; JUNIOR, A. L. Prevenção e cuidados das doenças crônicas. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir. (org.). **Saúde LGBTQIAP+**: práticas de cuidado transdisciplinar. 1ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021, v, p. 346-356.

PAIM, Jairnilson Silva. **O Que é o SUS**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2015.



ROBALO, Lins, Fundo Positivo. **SAÚDE LGBTTQI+**: as fronteiras do atendimento integral e a prevenção. Girassol Amigos na Diversidade. São Borja RS, 2019. Disponível em: <http://fundopositivo.org.br/?fbclid=IwAR2m9QDpsQGt6iQycBBFeLtxJkQEckKwQjCuaWU1AuJwH7UvFubeoATei1g>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ROCON, Pablo Cardozo, Sodré Francis,. **O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?** 2017.

SARNO, Murilo Moura; SCHLÜTER, K.; VIEIRA, R. C.; JUNIOR, A. L.; HERCOWITZ, A.; CIASCA, S. V. Anamnese e exame físico: comunicação afirmativa. *In*: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir. (org.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021, v., p. 169-174.



OBSTÁCULOS PSICOSSOCIAIS NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA DE CASAIS HOMOAfetivos FEMININOS

Heloisa Paiva Balestri; Bruna Carolina Tanno; Gilberto Jose Padilha Filho; Isabela Maíra Meier Jardim; Larissa Ayumi Sasaki Miranda Lima; Cristiane de Melo Aggio⁶

Introdução: A evolução social, fruto da dinamicidade das relações sociais, rompeu com o paradigma patriarcal, que orientava a definição tradicional de família a partir do binarismo heterossexual. Nesse sentido, a mudança de cultura e valores possibilitou a conformação de diferentes arranjos familiares, traduzida no reconhecimento formal da união homoafetiva como entidade familiar desde 2011. Tal conquista fortaleceu outras reivindicações, como o anseio pela maternidade por casais lésbicos, de forma a terem acesso aos direitos e deveres do parentesco (GOMES, 2020).

Objetivo: Diante disso, o presente trabalho visa evidenciar os obstáculos psicossociais na reprodução assistida por casais lésbicos, temática recente e escassa na literatura científica.

Métodos: Trata-se, dessa forma, de uma revisão integrativa, acerca desta temática. Foram utilizados estudos das bases PubMed e Google Acadêmico e os Descritores de Saúde (DeCS) e seus correspondentes em inglês (MeSH) “Técnicas de Reprodução Assistida” e “Homossexuais femininas” ou “Mulheres lésbicas” e dentre os resultados foram selecionados aqueles em português ou inglês publicados entre 2012 e 2022, resultando em dois artigos ao final da seleção.

Resultados: A Resolução Nº 2.013/2013, do Conselho Federal de Medicina, permitiu a realização das Técnicas de Reprodução Assistida (TRA) em pessoas que tenham grande probabilidade de sucesso, sem riscos para o genitor e possível descendente, desde que haja consentimento. A TRA é uma maneira artificial de procriação, considerada homóloga quando os gametas provêm do próprio casal e heteróloga quando envolve uma terceira pessoa. Este último é utilizado pelos casais de mulheres, podendo uma delas levar a gestação por inseminação artificial ou fertilização in vitro (AVELAR; SILVA; DOSSI, 2016). Embora anseiem a maternidade voluntária, casais lésbicos enfrentam obstáculos psicossociais, já que além dos desafios comuns aos casais que procuram as TRA – sujeição a procedimentos invasivos e custosos e possíveis frustrações decorrentes de insucessos nos tratamentos – elas se deparam com uma gama de decisões típicas da homoparentalidade: o papel da mãe não vinculada biologicamente à criança e o possível preconceito da família e amigos do casal, visto que, mesmo com a evolução social, a aceitação da maternidade lésbica ainda se depara com retrocessos. Para algumas dessas mulheres - casais em que as duas desejam possuir vínculo biológico com a criança ou naquelas cujas capacidades reprodutivas diferem - a participação de ambas no processo gestacional é importante, situação que pode ser amparada pela fertilização in vitro com recepção de oócitos da parceira (método ROPA). Esta técnica permite que cada mulher contribua da melhor maneira - uma fornece o óvulo e a outra, o útero - considerando sua saúde reprodutiva e a saúde da futura prole, além de propiciar o compartilhamento da maternidade biológica (GETRAJDMAN; LEE; COPPERMAN, 2017).

Conclusão: Diante das evidências encontradas, nota-se que, embora tenham conquistado espaço na sociedade para constituir famílias em modelos que vão de encontro ao tradicional, os casais femininos homoafetivos ainda precisam enfrentar adversidades para fazê-lo, como o preconceito e a heteronormatividade. Técnicas em TRA, como o ROPA, mostram-se promissoras para o avanço desse setor, bem como exortam a necessidade de mais pesquisa na área, ainda pouco explorada.

Palavras-chave: lésbicas; fertilização in vitro; heteronormatividade.

⁶ Todos os autores têm afiliação com a Universidade Estadual do Centro-Oeste



Referências

AVELAR, C. C.; SILVA, I. M. da; DOSSI, V. S. Famílias homoafetivas: perspectivas atuais no contexto da reprodução assistida. **Revista Temas contemporâneos de Psicologia em Reprodução Assistida**, São Paulo, v. 1.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 2.013/13**. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, anexas à presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos e revoga a Resolução CFM nº 1.957/10. Brasília, 16 abr. 2013.

GETRAJDMAN, C.; LEE, J. A.; COPPERMAN, A. B. Co-IVF for same-sex female couples. Obstetrics and Gynecology: A Specialty at the Forefront of Care for LGBTQ Patients. **Semin Reprod Med**, v. 35, n. 5, p. 415-419, set. 2017.

GOMES, G. G. **Homoparentalidade nas relações homoafetivas**: adoção e reprodução assistida. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.



PANDEMIA DA COVID-19 E IMPACTO NA POPULAÇÃO LGBTQI+: PRINCIPAIS PARADIGMAS E FATORES ASSOCIADOS

¹Williany Kettly de Souza ¹Victor Manoel Pereira da Silva ¹Francisca Bianca de Almeida Brito
¹Jessica Mirelly Rosendo Lira ¹Larissa dos Santos Paz ¹Ana Caroline de Lima Silva dos Santos
²Henry Johnson Passos de Oliveira ³Ana Paula de Andrade Estevão

¹Enfermeiro (a) pelo Centro Universitário dos Guararapes-UNIFG

²Enfermeiro pelo Centro Universitário Mauricio de Nassau-UNINASSAU, Especialista em Saúde Coletiva e Mestrando em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães IAM/FIOCRUZ

³Enfermeira, Especialista em Obstetrícia, docente do Centro Universitário dos Guararapes-UNIFG

Introdução: Desde o início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, a vida de milhares de pessoas passou a ser impactada diretamente por um vírus. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a pandemia atinge as pessoas de maneiras diferentes. Os impactos são mais acentuados de acordo com marcadores sociais, incluindo raça, gênero, classe social, territórios, dinâmica social e econômica e a sexualidade. **Objetivo:** Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo descrever quais os principais paradigmas e fatores associados ao impacto da pandemia da covid-19 na População LGBTQI+. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura, realizado nas bases de dados SCIELO, PUBMED E BDENF. Como critério de inclusão foram selecionados artigos que se enquadrassem na pergunta norteadora: Quais os principais paradigmas e fatores associados ao impacto da pandemia da covid-19 na População LGBTQI+? Que estivessem disponíveis no idioma português, inglês e espanhol, publicados no período de março de 2020 a junho de 2022. Foram excluídos artigos duplicados, teses de mestrado e doutorado e artigos cuja metodologia tenha sido de revisão. Ao total, após a aplicação dos critérios de elegibilidade foram encontrados 10 artigos para amostra do estudo.

Resultados: Os estudos demonstraram que durante a pandemia houve um aumento de 16% na vulnerabilidade da população LGBTQIA+ no Brasil. Dentre as principais vulnerabilidades se associam a um agravamento da situação incluindo a piora da saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a ausência de fonte de renda. O afastamento das redes de apoio, em especial surge devido às medidas de distanciamento social, refletindo em uma piora da saúde mental. A ausência de renda reflete em consequências diretas como a falta de acesso regular a alimentos em quantidade suficiente sem o comprometimento a itens essenciais. A situação, conhecida como insegurança alimentar, atinge 41,5% dessa população, chegando a 56,8% entre pessoas trans. Os artigos evidenciam que jovens gays, lésbicas ou bissexuais têm quase cinco vezes mais chances de tentar o suicídio em comparação com os heterossexuais. Entretanto, esse índice pode chegar a sete vezes durante o período pandêmico. O suicídio envolve questões multifatoriais a que todos estão sujeitos, mas as questões oriundas de desigualdades de sexo e gênero potencializam ainda mais.

Conclusão: Assim, conclui-se a pandemia da covid-19 impactou diretamente nas condições sociais da sociedade, vulnerabilizando ainda mais a população LGBTQIA+. Essas desigualdades além de se direcionarem a formação sócio-histórica do Brasil apresenta particularidades que são permeadas por marcadores de classe social, gênero, raça/etnia entre outros, marcadores sociais.

Palavras-chave: pandemia; vulnerabilidade; minorias sexuais e de gênero.



Referências

[sumário](#)

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; GRANGEÃO, Fernanda do Nascimento; MONTENEGRO, Francisco Ferreira Pires de Albuquerque. A Pandemia do Covid-19 e o Descortinamento das Vulnerabilidades da População LGBTQI+ Brasileira. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 102-119, 2020.

MORAIS NETO, Antônio Carlos de et al. Ensino em saúde LGBT na pandemia da COVID-19: oportunidades e vulnerabilidades. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.

MOREIRA, Deborah Souza; BROILO, Rodrigo. Quando a casa é o armário: implicações da pandemia de COVID-19 sobre a população LGBTI. **Mnemosine**, v. 18, n. 1, 2022.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes; DE CARVALHO, Henrique Rabello; DE JESUS, Jaqueline Gomes. LGBTI+ em tempos de pandemia da Covid-19. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 1, p. 60-94, 2020.

SANTANA, Alef Diogo da Silva; MELO, Lucas Pereira de. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+. (In)visibilidades dos impactos sociais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, (Rio de Janeiro), 2021.



PANORAMA ANALÍTICO SOBRE AS CIRURGIAS DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS/BRASIL)

^{1,2}João Henrique Fonseca do Nascimento ^{1,2}Ubirajara Gomes dos Santos ^{2,3}Maria Eduarda Mota Oliveira ^{2,4}Amanda Brandão Pita ^{1,2,3,4}André Gusmão-Cunha ^{1,2}André Bouzas de Andrade

¹Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Salvador/Bahia)

²Liga Acadêmica de Medicina Interna e Cirúrgica – Liga do Trauma da UNEB (LAMIC-LT/UNEB – Salvador/Bahia)

³Universidade Salvador (UNIFACS – Salvador/Bahia)

⁴Universidade Federal da Bahia (UFBA – Salvador/Bahia)

Introdução: A cirurgia de redesignação sexual (CRS), a qual reúne procedimentos no sexo masculino (CRSM) e feminino (CRSF), foi implementada formalmente no escopo do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2013, o que representou importante conquista para indivíduos que demandam adequação do sexo anatômico ao gênero que se reconhecem. Inquéritos epidemiológicos sobre a presente casuística, apesar de escassos, são fundamentais para gerar conhecimento sobre o tópico e refinar políticas públicas que fortaleçam a implementação desses procedimentos.

Objetivo: Realizar análise epidemiológica crítica sobre o panorama das cirurgias de redesignação sexual na realidade do SUS.

Métodos: Trata-se de estudo epidemiológico, de caráter ecológico, com dados elencados no SIH/DATASUS por meio dos códigos referentes às CRS (CRSM e CRSF) entre 2013 e 2022, considerando $p < 0,05$ significativo.

Resultados: Foram contabilizadas 237 operações entre os anos 2013-2022 (CRSM: 96,2% e CRSF: 3,8%), com média geral de 26 ($\pm 11,0$) cirurgias/ano. Regressão linear mostrou tendência de decrescimento no número de procedimentos realizados nos últimos anos ($r^2 = 0,751$; $p < 0,05$; crescimento = -6,2%/ano). A média das CRSM (25 $\pm 11,6$ cirurgias/ano) foi superior a CRSF (1 $\pm 1,5$ cirurgia/ano; $p < 0,05$). A média geral do valor pago por procedimento foi R\$1.368,73 e não houve diferença no valor médio pago entre CRSM e CRSF (R\$ 1.369,58 versus R\$1.373,73; $p = 0,85$). O Sudeste brasileiro computou a maioria das cirurgias (total: 35,1%; CRSM: 31,1%; CRSF: 100%), e o Norte não registrou nenhum procedimento realizado no período estudado. Totalizou-se 1.796 dias de hospitalização, com média geral de permanência hospitalar por procedimento de 7,6 dias. Não foi observada diferenças nas médias de permanência hospitalar por procedimentos entre CRSM e CRSF (7,7 dias versus 8,1 dias; $p = 0,8$). A taxa de mortalidade relacionada ao procedimento geral foi 4,2/1.000 procedimentos e, em relação a CRSM, foi 4,4/1.000 procedimentos. Não foi computado óbito associado a CRSF.

Conclusão: Apesar das CRS estarem completando, em 2023, 10 anos de formalização no âmbito do sistema público de saúde do país, o tema ainda suscita muito debate e a real efetivação desses procedimentos permanece desafiadora, com tendências de redução no número de cirurgias realizadas nos últimos anos. Embora o montante de operações seja baixo para ambos os procedimentos, o número de CRSF ainda é diminuto comparado a sua contraparte, o que pode alertar à necessidade de ampliação dos centros de formação e treinamento cirúrgico para essa técnica. É necessário estudos mais robustos para reconhecer as dificuldades e fragilidades da aplicação das CRS na rotina pública de saúde no Brasil, com objetivo de garantir a justa universalidade e integralidade das demandas que chegam ao SUS oriundas de populações específicas e suas implicações no cuidado.

Palavras-chave: cirurgia de redesignação sexual; inquéritos epidemiológicos; Sistema Único de Saúde.



Referências

BOZZ *et al.* **Procedimento de redesignação sexual dos transexuais sob a ótica dos direitos humanos.** V Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia e V Mostra de Trabalhos Científicos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, 2017

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Resolução nº 2803/2013.** Dispõe sobre a implantação no SUS de cirurgias de readequação sexual. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução nº 1482/1997.** Dispõe sobre autorização, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1997/1482>

GALLI *et al.* **Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-457, out./dez. 2013.



PROMOÇÃO DE SAÚDE NAS REDES SOCIAIS DO PROJETO TRANSODONTO: SAÚDE BUCAL TAMBÉM É DIRETO PARA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Igor Carnevalli Leal; Letícia Ramos Pereira; Paulo Augusto Alves Passos; Sofia Santiago Anastácio; Itallo Iury Moreira Macedo Silva; Paulo Afonso Luciano Conceição; Sadalla Lorys Souza da Cruz; Hebert Chaves; Luciana Gravito de Azevedo Branco; Marcelo Drummond Naves; Andreia Maria Araújo Drummond⁷

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Odontologia

Introdução: O conceito de saúde não se limita à ausência de doença ou enfermidade, mas deve ser entendido como um conjunto de elementos que proporcionem o bem-estar físico, mental e social, conforme apontado pela Organização Mundial de Saúde. Neste seguimento, ações educativas e preventivas tornam-se fundamentais para promover, proteger e recuperar a saúde integral de pessoas trans e travestis com vistas à promoção de informações que mantenham a saúde. Com o objetivo de criar vínculo entre a ação do profissional de saúde com o público trans e travesti, oferecer a capacitação de um atendimento humanizado e cuidado em saúde bucal de pessoas trans e travestis foi criado o Projeto de Extensão "TransOdonto: saúde bucal também é direito!". Entretanto, devido ao cenário mundial de pandemia pela COVID-19 e a suspensão das atividades presenciais, o projeto precisou ser adaptado, na meta de assegurar o diálogo com a sociedade por meio de ferramentas midiáticas, como o Instagram, desenvolvendo novos métodos de interação a fim de que as atividades se tornassem mais dinâmicas e continuassem atendendo à proposta do projeto.

Objetivo: O objetivo deste trabalho é apresentar a mídia social do projeto TransOdonto como uma via de promoção de saúde através de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Método: Por meio de um método sócio-interacionista, onde existe interação entre o sujeito e a sociedade, um trabalho multidisciplinar composto por alunes de diversos cursos da UFMG, professores e pós-graduandos e colaboradores atuam de forma coletiva e colaborativa na elaboração de conteúdo para as redes sociais.

Resultados: A página no Instagram tem um alcance maior de pessoas a cada dia, conta com mais de 1300 seguidores, faixa etária entre 18 e 60 anos. A conta já alcançou diversos países. As postagens contam com posts lúdicos, informativos e *reposts* de outros perfis que compartilham da mesma temática dialogando com a sociedade e promovendo um espaço aberto de informações, cultura e apoio emocional. Por meio do perfil é feito um trabalho com divulgação de material científico e educativo. A página é aberta onde possuímos uma integração direta com a população LGBTQIAP+ e instituições promovendo iniciativas sociais com o foco na saúde integral. O Projeto reconhece os empecilhos que desestimulam e afastam pessoas trans e travestis ao acesso à saúde, ou seja, a violação dos direitos sociais e a falta de atendimento humanizado. Nesse sentido, utiliza da plataforma do Instagram para orientar, ensinar e aproximar o público T dos direitos básicos de bem-estar, buscando conscientizar a importância da prevenção, manutenção e recuperação da saúde odontológica, física e mental. Além disso, possui um papel instrutivo para estudantes e profissionais com o objetivo de ofertar atendimento inclusivo e acolhedor.

Conclusão: Portanto, as redes sociais são um espaço para a promoção da saúde, uma vez que possuem um enorme potencial facilitador para a comunicação e para a democratização da informação. As redes sociais do TransOdonto têm demonstrado grandes resultados nas propostas do projeto, tornando-as grandes aliadas para a promoção da saúde no meio digital.

Palavra-chave: pessoas transgênero, mídias sociais, saúde holística.

⁷ Todos os autores têm afiliação com a Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Odontologia



Referências

- ALMEIDA E ALMEIDA, Marília de. **A promoção da saúde nas mídias sociais – uma análise do perfil do Ministério da Saúde no twitter**. 2012. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)–Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- CAMBOIM, L. G.; BEZERRA, E. P.; GUIMARÃES, I. J. B. Pesquisando na internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações de mestrado do PPGCI-UFPB. *Biblionline* [internet]. 2015 [acesso em 2019 mar 1]; 11(2):123-34. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/25380>.
- CURRAN, V.; MATTHEWS, L.; FLEET, L. *et al.* A Review of Digital, Social, and Mobile Technologies in Health Professional Education. **J Contin Educ Health Prof.** [internet]. 2017 [acesso em 2019 mar 1]; 37(3):195- 206. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1097/CEH.0000000000000168>
- MÂNGIA, E. F.; MURAMOTO, M. T. O estudo de redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 22-30, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v16i1p22-30>. Acesso em: 10 set. 2022.
- TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S. Planejamento e programação de ações intersetoriais para a promoção da saúde e da qualidade de vida. **Revista De Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 63-80, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6348>



SAÚDE MENTAL E A COMUNIDADE LGBTQIA+

Max Amaral Balieiro; Amanda dos Santos Gonçalves; Ellen Patrícia Pessoa Batista; Ezra Madureira Nascimento; Veronica Batista Cambraia Favacho⁸

Universidade Federal do Amapá - Unifap

Introdução: Sabe-se que hoje coexistem vários determinantes sociais de saúde dentro de um contexto histórico da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e Mais (LGBTQIA+) provocando, dessa forma, dentro dos países uma onda de crimes físicos e verbais, principalmente dentro daqueles com culturas sociais conservadoras, estigmatizantes, condições desafiadoras e perigosas, que se agravam de território para território. Nesse sentido, no contexto do Brasil, infelizmente, ainda temos presente o cenário de vulnerabilidade que predispõe essa comunidade ao surgimento de doenças e agravos para sua saúde mental, como a ansiedade, depressão e o estresse (SILVA, 2020; SALERNO; WILLIAMS; GATTAMORTA, 2021).

Objetivo: O objetivo deste estudo se centra em resgatar na literatura o que se tem acerca da relação entre a comunidade LGBTQIA+ e a Saúde Mental no Brasil.

Método: Neste estudo adotou-se uma revisão integrativa da literatura, possibilitando, dessa forma o aprendizado acerca da temática, ratificando sua relevância. Isto posto, a revisão se deu com base nos artigos publicados no período de 2018 a 2022, utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados MEDLINE e LILACS. Como descritores foram utilizados para a busca “Pessoas LGBTQIA+”, “Saúde Mental” e “Brasil”. Os critérios de inclusão foram: artigos completos, disponíveis online, publicados entre 2017 e 2022, em inglês e português. Os critérios de exclusão foram: artigos repetidos, não relacionados à temática, publicações nas modalidades cartas, resenhas e editoriais. Para tanto, encontrou-se 26 artigos. Após a leitura dos títulos, foram excluídos 18 artigos. Restaram 8 artigos para a discussão.

Resultados: Assim, a amostra final deste trabalho foi constituída por oito artigos científicos, selecionados de acordo com os critérios do desenvolvimento do trabalho e o objetivo proposto. Constatou-se que destes oito, cinco dos artigos relacionaram os efeitos negativos da pandemia de COVID-19 à saúde mental das pessoas participantes da comunidade LGBTQIA+, efeitos estes que se mostraram mais nocivos devido ao isolamento social decorrente das medidas de contenção da doença no Brasil. Além disso, observou-se também a relação no âmbito familiar, como causa e consequência direta de promoção de saúde ou ainda do adoecimento dessas pessoas frente às adversidades vivenciadas no seu processo de autoconhecimento e afirmação sexual.

Conclusão: A revisão dos artigos proporcionou a solidificação de conhecimentos e situações de agravamento à saúde frente a comunidade, tendo assim, importante impacto biopsicossocial, pois entende-se que esta parcela da população ainda sofre com preconceito e estigmas predispostos pelo tempo. Além disso, temos também a nova ótica que a pandemia de COVID-19 pontuou, evidenciando a relevância que os olhares dos serviços de saúde precisam ter para a saúde mental dessa minoria social, no mais, sendo muitas vezes ignorado também o fato de que os ambientes pelos quais essa população frequenta como a escola, moradia, e os espaços públicos promove fragilidades e fragmentações em seu processo saúde-doença, por último, ressalta-se o fato de que atualmente ainda são incipientes nas literaturas, estudos que trazem a relação do impacto da saúde mental no cotidiano e desenvolvimento das pessoas LGBTQIA+.

Palavras-chave: Pessoas LGBTQIA+; saúde mental; Brasil.

⁸ Todos os autores têm afiliação com a Universidade Federal do Amapá - Unifap



Referências

SALERNO, J. P. *et al.* Estresse de minorias sexuais e de gênero em meio às implicações pandêmicas do COVID-19 para a saúde mental e o bem-estar dos jovens LGBTQ. **Relatórios de Saúde Pública**, v. 135, n. 6, p. 721-727, 2020.

SILVA, F.S. O “descortinamento” das vulnerabilidades da população LGBTQIA+ diante a pandemia de coronavírus. **Rev. Psicol Saúde e Debate**, v. 6, n. 2, p. 346-355, 2020.

Diagramação

Universidade Nove de Julho – UNINOVE
Campus Vergueiro
Rua Vergueiro, 235/249 – Liberdade – São Paulo/SP
CEP: 01504-001

Junho, 2023

